



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011557-25.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Camilla Ferreira Santiago**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do disposto no artigo 27 da Lei 12.153/2009 cc 38 da Lei nº 9.099/95.

Fundamento e decidido.

O feito comporta julgamento antecipado na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que está instruído com provas suficientes ao julgamento, não sendo necessária a produção de outras provas.

Trata-se de ação de ressarcimento de danos causados ao veículo da autora em decorrência de acidente de trânsito no qual um veículo pertencente ao Município requerido colidiu com o dela.

O pedido comporta acolhimento.

Dispõe o art. 37 § 6º da Constituição Federal que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Já o art. 927 do Código Civil estabelece a obrigação de reparar o dano pelo causador do ato ilícito, ressaltando o parágrafo primeiro que tem dever de indenizar, independente de culpa, quando a lei assim o estabelecer, ou quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

No caso em análise, a autora alega em seu depoimento no boletim de ocorrência (fl. 10): *que transitava com o veículo “FORD/KA” pela Avenida São Carlos, sentido rodoviária, quando próximo à esquina com a rua conde do pinhal, parou, pois o transito havia parado, momento este que o veículo VW/Santana chocou-se na traseira do veículo Ford KA danificando-o.* O servidor, condutor do veículo do ré, concordou com a versão dos fatos narrados pela parte autora (fl. 11).

Assim, não restam dúvidas sobre a ocorrência do acidente de trânsito, nos moldes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em que descrito na inicial, corroborado pelo boletim de ocorrência carreado aos autos.

Anote-se, por fim que, quando há colisão traseira, presume-se a responsabilidade do condutor que vem atrás. Salienta-se que o Código de Trânsito Brasileiro, no artigo 29, inciso II, é expresso no sentido de que o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, observando as circunstâncias de tempo e local. Desse modo, o condutor do veículo de propriedade do Município deveria ter mantido distância segura da traseira do veículo da autora que trafegava à sua frente.

Quanto aos danos materiais, o valor pretendido pela parte autora vem comprovado pelo documento juntado aos autos (fls. 17), cujos itens descritos guardam pertinência com o estrago sofrido pelo veículo, tendo a parte autora pleiteado o pagamento apontado no orçamento de menor valor.

Diante do exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil e procedente o pedido, para condenar a parte ré a ressarcir à autora a quantia de R\$ 1.200,00, (mil de duzentos reais) valor este que deverá ser corrigido monetariamente desde a data do orçamento e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, devidos desde a data do ilícito (art. 398, do CC e Sumula 43, do STJ).

Custas e honorários indevidos na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

P. I

São Carlos, 10 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**